

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

---

**VIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DO ESTADO**

**PROVA ESCRITA – GRUPO III**

**DIREITO CIVIL E COMERCIAL**

**1.** Você como Procurador do Estado, apresente as críticas, as medidas e os fundamentos jurídicos que devem ser adotados, nos casos abaixo, na defesa dos interesses do Estado (Não é necessário elaborar peça processual, basta apresentar as críticas, as medidas e os fundamentos jurídicos).(vale 1,5 ponto)

a) Parque público estadual permanece em reforma por dois anos. Encerrada a obra, constata a fiscalização após o desmanche do canteiro de obras, a ocupação de parte da área por José dos Santos. A fiscalização procede levantamento no qual constata que José dos Santos encontra-se no local desde o início da reforma. Encerrado dito levantamento, esse é encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado que, incontinenti, procede à notificação da mencionada pessoa para desocupar a área. A notificação não é atendida.

b) Policial Militar, com arma da corporação, fere João de Deus em briga de trânsito. Segundo dados do Boletim de Ocorrência o policial não se encontrava fardado. O ofendido ingressa com ação de reparação de danos materiais e morais contra o Estado.

c) Astrogildo ingressa com ação de reparação de danos contra o Estado alegando lesão decorrente de omissão do Estado. O juiz, fazendo uso da disposição contida no Inc. I do art. 330 do Código de Processo Civil, acolhe a pretensão deduzida em juízo pelo autor e condena o Estado a indenizar, com fundamento no art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

**2.** À luz do Direito Civil, teça considerações sobre imposto de reposição. (vale 0,5 ponto)

**3.** A ética e a boa-fé são requisitos de validade dos negócios jurídicos em geral, que devem estar presentes no momento da celebração como no da sua execução, conforme se depreende do exame do Novo Código Civil. Dessa forma: (vale 1,0 ponto)

a) enumere e exemplifique as figuras que expressam esse novos requisitos de validade;

b) apresente traços distintivos e similitudes entre as figuras, elencadas por você no item anterior, em vista de seus efeitos jurídicos;

c) finalmente, discorra sobre a aplicabilidade das novas regras em contratos celebrados antes da entrada em vigor do Novo Código.

**4.** Quais os antecedentes lógicos e conseqüentes do fenômeno da constitucionalização do Direito Civil? É o mesmo que publicização? Apresente exemplos. (vale 1,0 ponto)

**5.** Qual a natureza jurídica dos contratos societários? Ainda, apresente os requisitos de validade, pressuposto fáticos e as cláusulas essenciais, nos contratos constitutivos de sociedades contratuais. (vale 1,0 ponto)

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

## **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

### **PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

---

6. Tendo em vista a jurisprudência majoritária e posições doutrinárias, responda, fundamentadamente, as questões abaixo: (vale 1,0 ponto)

a) Os bens do sócio de uma pessoa jurídica comercial respondem, em caráter solidário por dívidas fiscais assumidas pela sociedade?

b) A exceção de pré-executividade pode ser utilizada na execução fiscal para discutir a questão referente à responsabilidade pessoal dos sócios pelos débitos tributários da sociedade?

7. Responda, fundamentadamente: (vale 1,5 ponto)

a) segundo orientação jurisprudencial do STJ, qual o prazo prescricional e o marco inicial de contagem da prescrição para as ações de repetição de indébito, nos casos de tributo sujeitos ao lançamento por homologação?

b) qual o prazo decadencial para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário nos casos de tributos sujeitos ao lançamento por homologação?

c) segundo as recentes decisões do STJ, nos casos de tributo sujeito a lançamento por homologação aplica-se o instituto da denúncia espontânea? O pagamento parcelado do débito configura denúncia espontânea?

8. O que é o comércio eletrônico direto? Os bens intangíveis podem ser incluídos na definição de mercadoria para efeito de incidência do ICMS? Fundamente. (vale 1,0 ponto)

9. Estabeleça a diferença entre bitributação e o *bis in idem*? É possível ocorrer a bitributação? (vale 0,5 ponto)

10. Que é moratória? Poderá a mesma ser concedida por veículos infralegal? Que significa a expressão “crédito definitivamente constituído” *ex vi* do art. 154 do CTN? E a expressão “cujo lançamento já tenha sido iniciado”? Em que medida a LC 104/2001, incluindo o parcelamento no inciso VI do art. 151 CTN inovou o Sistema Tributário Nacional? (vale 1,0 ponto)